



## FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DIÁLOGO ENTRE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E AÇÃO FORMATIVA

Íris Almeida Remigio e Joelma Lopes Rodrigues\*

**RESUMO:** *Este texto tem como objetivo buscar compreender as abordagens de família e políticas públicas no processo de interlocução do grupo de pesquisa Família, Educação, Relações Socioculturais e Ambientais (GPERSF) do programa de pós-graduação em Ciências da Família da UCSAL, com outras instituições de pesquisa e ação formativa, a exemplo da REDPECT/FACED e CEAFFRO /UFBA, do UNICEF e MOC, no período de abril a agosto de 2004. Os participantes desse processo de interlocução não só vêm relatando suas experiências e demonstrando suas inserções em pesquisa e ação formativa a partir da problemática abordada, como vêm articulando atividades como, por exemplo, o Seminário Família e Relações Socioculturais Igualdade, Diversidade e Equidade. Nos diálogos até então estabelecidos, a família se apresenta como sujeito de direito e espaço de socialização e de aprendizagem, que contribui para a construção e reconstrução de saberes e práticas na formação inicial e continuada dos indivíduos sociais. Nos diversos relatos das organizações de pesquisa e ação formativa, a família é também considerada por sua dimensão biopsicosocial e como um espaço societal, o que possibilita a reivindicação de participação na formulação de políticas públicas, entendidas como um locus de construção coletiva que envolve governo e sociedade. Buscando aprofundar a compreensão desse diálogo institucional sobre família e políticas públicas no desenvolvimento deste artigo, recorreremos a referenciais teóricos que subsidiam a reflexão sobre a função e o papel da família e das políticas públicas nas sociedades contemporâneas.*

**Palavras-chave:** Família; Políticas Públicas; Ações formativas.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, país que vem passando por processos de democratização política, vem sendo crescente a preocupação com os direitos dos cidadãos, indivíduos sociais que fazem parte da família, da comunidade e da sociedade. Tratando dessa e de outras questões, este artigo tem como objetivo principal buscar compreender as abordagens de família e de política pública que emergem do processo de interlocução do Grupo de Pesquisa Família, Educação Relações Socioculturais e Ambientais (GPERSF), do programa de pós-graduação em Ciências da Família da UCSAL, com outras instituições de pesquisa e ação formativa.<sup>1</sup> Os participantes desse processo não só vêm relatando suas experiências e demonstrando sua inserção em pesquisa e ação formativa a partir da problemática abordada, mas vêm articulando atividades como o Seminário Família e Relações Socioculturais e Ambientais.

---

\* Estudantes de Iniciação Científica e acadêmicas do Curso de Pedagogia e do Curso de Serviço Social, respectivamente, da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Trabalho de pesquisa desenvolvido sob a orientação dos professores: Dra. Clélia Néri Côrtes e Dr. Elias Lins Guimarães, do Mestrado Família na Sociedade Contemporânea/UCSal e coordenadores do Grupo de Pesquisa “Família, Educação, Relações Socioculturais e Ambientais”.

<sup>1</sup> REDPECT/FACED, SOCIBA/UFBA, MOC, CEAFFRO/CEAO/UFBA, UNICEF e AVANTE, no período de Abril a Agosto de 2004.



Assim, o desenvolvimento deste artigo foi subsidiado nos registros dos relatos das interlocuções mantidas no intervalo entre abril e julho e nas transcrições das palestras proferidas durante o referido Seminário, bem como numa breve pesquisa bibliográfica sobre o tema família e política públicas.

## **FAMÍLIA E POLÍTICA PÚBLICA: UM TEMA DE INTERLOCUÇÃO**

As discussões e os debates desenvolvidos no seminário e no processo de interlocução entre os órgãos de pesquisas e organizações não governamentais partem do entendimento de que a parceria na construção de conhecimentos, resultante de processos dialogais no sentido crítico e compreensivo, pode possibilitar o reconhecimento e o aprofundamento de saberes diversos, como observou Ruy Pavan, representante do UNICEF durante o evento. Para as instituições envolvidas na organização do Seminário, o trabalho cooperativo é de extrema importância, de modo que esse evento possibilitou a configuração de um espaço para aprofundamento na produção de conhecimentos sobre a temática em foco, no sentido solidário, implicado, articulado.

O objetivo desse seminário foi promover o intercâmbio de experiências entre instituições, estudantes e profissionais que realizam pesquisas e ações formativas sobre a temática da família e das relações socioculturais, além de identificar novas alternativas para realização de trabalhos cooperativos na área. Nos debates realizados, permeados pelas questões sobre Igualdade, Diversidade e Equidade, duas temáticas se destacaram: Família e Política Pública.

No conjunto das interlocuções registradas e na bibliografia visitada, nota-se um movimento de mudanças conceituais significativas no campo da Família e da Política Pública. Nessa perspectiva, os discursos se concentram na revisão dos papéis, funções, responsabilidades e direitos que permeiam os novos arranjos e vias de inscrição dessas formas de organização na realidade atual, acentuando a participação cooperativa articulada no desenvolvimento do indivíduo social no coletivo. No novo cenário político, predominam novos atores sociais, que pressionam o Estado pela garantia de antigos e de novos direitos sociais, imprimindo mudanças nos padrões de governabilidade das políticas públicas. Assim, “os novos movimentos sociais deslocaram para sociedade civil um papel protagônico não só na revolução cultural, mas cada vez mais na definição da agenda política do Estado.” (CARVALHO, 1998, p.22 )

No campo das políticas públicas, observam-se mudanças conceituais significativas, propulsoras de articulações que objetivam sintonizar as ações, os projetos e os programas, até então formulados restritamente pelos governos, em resposta às demandas concretas da sociedade. Por conseguinte critica-se o modelo hegemônico de domínio e exclusão, que “deixa de fora as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre governo e outras instituições e grupos sociais.” (SOUZA, 2003, p.13). Percebe-se uma desarticulação das formas de agregação de interesses e de representações políticas tradicionais, passando as relações entre estado e sociedade a ser mais democráticas. Conseqüentemente, os grupos, os indivíduos e as instituições se sedimentam, adquirindo força política relevante, o que influencia as políticas públicas.

Segundo Elenaldo Texeira, um dos palestrantes do Seminário, o funcionamento das políticas públicas padece de uma questão de participação e controle social, do envolvimento da sociedade. O controle social, nesse sentido, representa um fator decisivo para um melhor ou pior funcionamento dos programas e projetos sociais no conjunto da sociedade. A questão do controle social, hoje, já se coloca como uma necessidade de exercício da cidadania, uma necessidade que se impõe não apenas aos indivíduos, mas, sobretudo, às organizações. Como se vê, o controle social sempre foi entendido como uma internalização de normas feitas pelas instituições que



incluem a família, a educação o Estado etc. Partindo de outra compreensão, Teixeira ( 2201,p. 104) analisa o controle social como “uma atitude coletiva, a partir da atuação das organizações sociais, para que se possam estabelecer determinados parâmetros, determinados controles sobre o Estado, sobre o poder publico, portanto, uma ação da sociedade controlando o estado.”

A família, no contexto das políticas publicas e no campo teórico-metodológico, vem despertando interesse muito grande e, de diversas formas, vem se aprofundando a discussão dessa temática. Entretanto, como salientaram os palestrantes, podemos correr o risco de transformar a família – como se transformou, algum tempo atrás, a escola – em responsável por tudo que acontece no mundo. Na perspectiva da fala de Rui Pavan, ao fazer um trabalho com e sobre a família, no contexto de países como o Brasil, é necessário melhorar a capacidade de entender e ter uma visão aberta sobre essa instituição, sobretudo diante da pluralidade cultural existente: famílias pertencentes a povos indígenas e a comunidades negras, famílias do interior e da capital, do meio urbano e rural, famílias diferentes, que podem ser nucleares ou não. Na verdade, existe uma riqueza muito grande referente a tipos de famílias, na dinâmica histórica e cultural de cada sociedade, modificando-se os seus significados. Portanto, ao falarmos do Brasil,

[...] temos aí como quadro de referência os muitos “brasis”, um perfil de heterogeneidade nas condições de vida e de saúde nas famílias brasileiras. Buscar entender o significado de família implica admitir que esta sofreu transformações e adaptações importantes em função da época, da cultura, das condições sociais, das crenças e valores.” (CIAMPONE, 1998, p.24-25)

Portanto a família é uma das instituições sociais básicas, constituída a partir de relações definidas cultural e historicamente. Como acentuou a Professora Inaiá Carvalho, também palestrante do Seminário,

Família é o alimento-chave para a sobrevivência dos indivíduos, para proteção e socialização dos seus componentes [...]. A família é a forma tradicional de viver em sociedade, é uma instância mediadora entre o indivíduo e sociedade, funcionando como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana dos seus integrantes.

Vale comentar algumas falas dos participantes durante o Seminário – representantes das organizações governamentais e organizações não governamentais e do Fundo das Nações Unidas no Brasil –, no que se refere a ações e compreensões sobre a temática da família.

Mesmo aqueles expositores situados em grupos que não trabalham especificamente com a temática da família acentuaram a sua importância, o papel e a função da família na sociedade como grupo socializador e estruturador de relações sociais. Representando o Núcleo de Estudos do Trabalho, NETV UCSal, a Professora Angela Borges argumentou que

[...] é importante estudar a família e sua fragilidade em função da reestruturação produtiva, para poder se contrapor a algo que está muito em voga nos últimos anos, que é uma tentativa de esperar da família que ela seja capaz de fazer aquilo que antes era responsabilidade do Estado, que tem como lógica repassar para as famílias algo que é incapaz de dar conta.

Essa professora salientou que os estudos sobre o mercado de trabalho não consideram a família como unidade de análise.



O UNICEF, ao relatar suas experiências sobre família, demonstrou que está havendo uma mudança de enfoque em suas ações, pois passou a considerar a família de forma global, com as diferenças individuais, coletivas e religiosas, uma vez que a sociedade não mais comporta ações pontuais em relação à família. No âmbito geral, o UNICEF prioriza a família numa visão ampla, no sentido da sua participação, da sua promoção e proteção e, há três anos, vem refletindo sobre o tema e buscando formas de contribuir para o fortalecimento desta. Nessa nova visão, procura atuar com o trabalho infantil e com a universalização da escola, tendo a família como centro.

Já o Movimento de Organização Comunitária – MOC – uma organização não governamental que há trinta e dois anos atua, na região do Semi-árido, com desenvolvimento social e na área de educação – vem desenvolvendo ações conjuntas com as secretarias municipais, tentando mudar a realidade dessas famílias e buscando a melhoria de vida das mesmas, como registra sua representante na mesa redonda sobre “Pesquisa e ação formativa em família e relações socioculturais, igualdade diversidade e equidade.”

A família, como foco de políticas sociais e sujeito de direitos e lugar de inclusão social, passa a ter atenção especial de instituições diversas, tal como no espaço do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, também focado durante o Seminário pelo representante da Secretaria de Trabalho do Estado. Nesse programa, um personagem tem significativo papel junto às famílias, o agente de família, na medida em que ele alimenta o diálogo entre elas e os programas de saúde e educação.

Ao reconhecer a família como instituição social e lugar estratégico para a garantia de direitos, outras organizações, a exemplo da AVANTE, vêm trabalhando com informações sobre a organização das famílias e cidadania, levando informações sobre legislação, direitos, deveres, desenvolvimento infantil e educação de filhos, como acentuou sua representante, Ana Luiza Borato.

Finalmente, consideramos importante acentuar que, embora tenhamos ressaltado apenas pequenos trechos das transcrições do muito que foi falado sobre família e política pública no Seminário Família e Relações Socioculturais e Ambientais, consideramos que a releitura do material produzido torna-se imprescindível para fundamentar a continuidade do processo de interlocução e para o desenvolvimento de projetos cooperados de pesquisa e ação. Nesse sentido, nos registros das trocas significativas de informações desse Seminário, foi apontada a necessidade de novos encontros com o objetivo de manter o diálogo, bem como viabilizar a publicação do que foi produzido.

## REFERÊNCIAS

SEMINÁRIO FAMÍLIA E RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS. 28 e 29 de Julho de 2004. Pós-graduação em Ciências da Família – UCSAL.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão Social: Alguns apontamentos para debate In: RICO, Maria Elisabeth; RIACHELES, Raquel (org.) **Gestão Social: uma questão de debate**. São Paulo: IEE: Instituto de Estudos Especiais da PUC – SP, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

CIAMPONE, Maria Helena Trench. Uma proposta de intervenção baseada na família. In: PALMA e SILVA; STANISCI, Sílvia Andrade; BUCHETTO, Sinésio (org.) **Famílias: aspectos**



conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS. São Paulo FUNDAP, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política pública. In: PALMA e SILVA; STANISCI, Sílvia Andrade; BUCHETTO, Sinésio (org). **Famílias**: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. In: **Cadernos CRH**, n.1 (1987) Salvador, Centro de Recursos Humanos / UFBA, 2003.

UNICEF. Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira: Diversidade e Equidade.